



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV

Reunião do Conselho de Administração

ATA nº 016/2021 – Reunião Ordinária do Conselho de Administração

No dia 27 de agosto de 2021, às 09:15h, na sede administrativa do ITUPREV, situada no 9º andar do Edifício Gaplan, localizado na Av. Antônio Gazzola, nº 1001, Jardim Corazza, CEP 13.301-245, na cidade de Itu, estado de São Paulo. Como medida de prevenção de contágio pelo COVID-19, a reunião foi efetuada remotamente e toda a documentação, objeto de análise por parte dos conselheiros, foi disponibilizada em área restrita no site do ITUPREV, antecipadamente. Participaram via aplicativo, os conselheiros: Robson Roberto da Silva, Daniel Luiz Paiva, Vânia Prieto Acosta, Luciana de Cassia Willar, Caroline Theodora Stuke e Diego Bruni de Souza e, presencialmente, a conselheira Luciana de Araujo Horácio Correa. Presentes, também, os convidados: Luiz Carlos Brenha (Superintendente), Kiara Farias (Diretora Financeira), Silvia Feres (Diretora Administrativa), Julia Baldi (Chefe de Gabinete), Larissa Caldas (Procuradora) e Nelson Neto (Gestor de Benefícios). **ORDEM DO DIA – DELIBERAÇÕES: 1. HOMOLOGAÇÃO DAS ATAS DE Nº 15 DO DIA 09/08/2021 DA REUNIÃO CONJUNTA DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL E DE Nº 09 DO DIA 16/07/2021 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS:**

As Atas foram lidas e homologadas, sem registros de ressalvas. **2. HOMOLOGAÇÃO DE RELATÓRIO RETIFICADO LDB:** Conforme apontado em reunião anterior dos Conselhos de Administração e Fiscal, observaram-se alguns números divergentes ao apurado pelo Instituto, principalmente no patrimônio líquido e na rentabilidade acumulada da carteira. A empresa apurou as diferenças apontadas e enviou novo relatório retificado, o qual foi homologado, sem registro de ressalvas. **3. APROVAÇÃO PROPOSTA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS EM NOME DE LUCIANO RODRIGUES:**

Trata-se da conclusão do Processo Administrativo/PETI nº 22457/2019 (Processo Administrativo/ITUPREV n.º 563/2020), no qual apurou irregularidade por parte do servidor, em razão do exercício de atividades profissionais na iniciativa privada durante o período (08/08/2017 a 21/09/2017) em que se encontrava afastado para tratamento de saúde. Em decorrência das especificidades do caso, em que o servidor demonstrou a impossibilidade de pagamento dos valores nas condições definidas em Resolução que dispõe sobre parcelamento de débitos perante o ITUPREV (doze vezes), o Conselho aprovou o regime de exceção, estendendo-o da seguinte forma: o credor deverá realizar o pagamento de R\$ 13.194,25 (treze mil, cento e noventa e quatro reais e vinte e cinco centavos) a título de ressarcimento do auxílio-doença recebido indevidamente, parcelados em 24 (vinte e quatro) vezes, sendo a primeira no valor de R\$ 681,70 (seiscentos e oitenta e um reais e setenta centavos) e as demais corrigidas pela inflação (INPC). Compreendida as condições de exceção do referido caso, o Conselho aprovou e homologou a proposta de parcelamento, sem ressalvas. **4. RELATÓRIO DE ATUALIZAÇÕES JURÍDICAS:** A Procuradora do Instituto apresentou aos membros do Conselho o acompanhamento dos Processos judiciais que demonstram que 56% do total de processos existentes teve julgamento favorável ao ITUPREV, 18% com resultados desfavoráveis e 26% ainda em andamento, sem julgamento. Apresentou, ainda, as últimas movimentações nas ações judiciais: **A) Processo 1000373-97.2021**

de BENEDITA DOS SANTOS, referente ao pedido de Aposentadoria por Idade ou, subsidiariamente, devolução de contribuição previdenciária. A Sentença julgou improcedente o pedido da autora. **5. PRESTAÇÃO DE CONTAS JULHO 2021:** A Diretora Financeira apresentou ao Conselho o Balancete da Receita, Balancete da Despesa, Boletim de Caixa, Demonstração das Aplicações e Investimentos, Extrato da posição bancária, bem como o Relatório Mensal de Análise, Rentabilidade e Risco dos Investimentos, com enquadramento na Resolução 3.922 e alterações.

Com base nas análises efetuadas, o Conselho é de opinião unânime que os relatórios contábeis e financeiros apresentados estão de acordo com as normas legais e refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31/07/2021. O Patrimônio na ocasião era de R\$ 599.231.316,00, incluindo os imóveis, correspondente a uma evolução de 11,21% em relação a dezembro de 2020. No fundo de reserva da taxa de administração, o saldo está em R\$ 15.502.105,49. Em julho, a carteira de investimentos do ITUPREV apresentou uma rentabilidade de 0,63% negativa, frente a uma meta de 1,52%. No ano, a rentabilidade acumulada está em 4,15%, frente a uma meta de 8,48%. Em outras janelas, a carteira apresenta o seguinte desempenho: em 12 meses, uma rentabilidade positiva de 10,59%,



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV

contra uma meta atuarial de 16,18%, em 24 meses uma rentabilidade de 23,67%, frente a uma meta de 26,36% e em 36 meses, uma rentabilidade de 46,64% frente a uma meta de 37,73%, o que demonstra uma gestão eficiente no longo prazo. No que diz respeito aos percentuais de alocação, a concentração de recursos em um único fundo não ultrapassa 8,5%, indicando regularidade nesta regra, visto que o limite máximo é 20%. Na regra que limita a 15% de participação no patrimônio do fundo, o Instituto também se encontra devidamente regular. A Diretora trouxe ainda informações sobre a quantidade de segurados ativos e inativos e a relação entre eles que está em 8:1, que representa uma condição muito favorável para o equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto. Demonstrou a evolução da concessão de benefícios e a comparação com o projetado pelo estudo atuarial, bem como os valores pagos para benefícios no ano de 2021, para acompanhamento do colegiado. Apresentou informações sobre os parcelamentos com a Prefeitura, demonstrando os valores repassados, correspondentes aos acordos de nº 058, 060 e 0370, todos pagos com as correções previstas e no dia do vencimento. Na ocasião, o Superintendente questionou os Conselheiros a respeito da quantidade e qualidade das informações prestadas pelo Instituto na prestação de contas, e o Conselho respondeu unanimemente que a apresentação é suficiente e esclarecedora. A Conselheira Luciana Correa questionou a respeito da realização das perícias médicas e o Superintendente esclareceu que, em razão do Convênio firmado entre ITUPREV, Prefeitura, CIS e Câmara Municipal, o controle e pagamento das perícias realizadas pelos médicos credenciados ainda são feitos pelo Instituto, porém, essa atividade é custeada integralmente pelo órgão de interesse, e feito o reembolso dos valores ao ITUPREV. Questionou-se ainda, a respeito do local de realização das perícias e apontou que existem reclamações sobre acessibilidade e estacionamento. Neto esclareceu que a sala alugada na qual se realizam as perícias se localiza na região central da cidade, e estacionamento em frente ao local, com seis vagas reservadas. Em relação à acessibilidade, houve alteração de sala, e, portanto não há mais limitações sobre tal questão. A Prestação de Contas do mês de julho foi homologada sem ressalvas. **6. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA JULHO:** A respeito à evolução da execução orçamentária, foi demonstrado pelo Superintendente que o ingresso de Receitas Correntes no mês de julho foi de R\$ 46.030.539,00, enquanto o previsto era de R\$ 41.305.969,00 e o total das Despesas Orçamentárias foi de R\$ 12.246.889,00, quando o previsto para o período era de R\$ 14.798.221,00, ficando demonstrado, um resultado superavitário, tanto por parte das receitas, que superaram as estimativas, quanto por parte das despesas que ficaram abaixo do previsto. A relação entre Receitas e Despesas no mês de julho contabilizou uma sobra orçamentária da ordem de R\$ 33.783.649,95. A Execução Orçamentária foi examinada e aprovada sem ressalvas, assim como as movimentações financeiras e os investimentos do período apresentado. **7. ANÁLISE DE CERTIFICAÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS:** Apresentado ao Conselho a solicitação encaminhada pelo servidor Paulo Bicudo, membro do Comitê de Investimentos, que teve seu Certificado do CPA – 10 vencido em 17/08/2021. Seu pedido é para que apresente a renovação da sua certificação até a próxima reunião ordinária do Comitê, que acontecerá em 17/09/21. O servidor afirma que teve dificuldades em cumprir o prazo legal em função do acidente que sofreu e que ainda está em recuperação. O Conselho aprovou por unanimidade. **8. ASSUNTOS GERAIS:** **A)** Informe a respeito da admissão da nova Assessora da Diretoria Administrativa, **B)** Relato sobre o início do processo de fiscalização do TCE/SP-2021. **C)** Informe a respeito do evento a ser realizado pela Apeprem em São José do Rio Preto, em outubro do presente ano. Apenas os Conselheiros Diego e Vânia demonstraram interesse e comprometeram-se a fornecer uma resposta concreta até a próxima reunião, visto que as passagens de avião, quando compradas mais próximas à data de embarque, tornam-se mais onerosas. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Ninguém querendo fazer uso dela, foram encerrados os trabalhos. A presente Ata foi lavrada, a qual, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente do Conselho, representando os demais conselheiros presentes nesta reunião, conforme previsto no Art.14 da Resolução 002/2021 do ITUPREV. Nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião às 12:25h.

Assinatura:

Luciana A H Correa
Presidente



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV**